



O SILÊNCIO QUE PROTEGE O ASSÉDIO
Enfrentamento começa quando vítima encontra ambiente capaz de acolhê-la.
Por Wagner Cinelli, **página 2**



O MAIOR RISCO PARA UMA EMPRESA HOJE
Questão não é perder talentos, mas perder líderes capazes de desenvolvê-los.
Por Rodrigo Baraldi, **página 2**



CARF PUNE POR FATURAMENTO DIRETO
Tração recursal está no voto vencido, roteiro à Câmara Superior e ao Judiciário.
Por João Vitor Andreis, **página 4**

Petróleo volta a passar de US\$ 90 em meio a divergências

Os preços do petróleo voltaram a subir nesta segunda-feira. O contrato West Texas Intermediate (WTI) para entrega em setembro avançou US\$ 2,10 (2,55%), fechando a US\$ 84,50 o barril na Bolsa Mercantil de Nova York (Nymex). O petróleo Brent para entrega em outubro ganhou US\$ 2,35 (2,65%), encerrando a US\$ 90,87 o barril na bolsa ICE Futures de Londres.

A alta reflete a estagnação das negociações entre EUA e Irã, apesar de o presidente estadunidense, Donald Trump, ter dito nesta segunda-feira que sua administração mantém um canal de comunicação indireto com autoridades do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) do Irã, informou a Fox News.

“Eles são bons jogadores de pôquer, mas estão morrendo”, disse Trump em uma entrevista por telefone a Trey Yingst, correspondente-chefe de assuntos internacionais da Fox News, afirmando que o Irã deveria “levantar a bandeira branca da rendição”. “Não tenho um cronograma”, disse Trump. “Não estou com pressa... As eleições de meio de mandato não têm nada a ver com o meu raciocínio”, acrescentou, o que indica que, na realidade, a votação é uma grande preocupação.

O IRGC rejeitou a afirmação feita por Donald Trump. Em entrevista à agência de notícias semioficial Tasnim, o porta-voz da Guarda Revolucionária, Hossein Mohebbi, classificou a afirmação de Trump como uma “ilusão”, dizendo que não há diálogo em curso entre autoridades do IRGC e os EUA.

Nem mesmo o aparato diplomático do Irã está negociando atualmente com os Estados Unidos, devido à “quebra de promessas” por parte de Washington, acrescentou Mohebbi.

O dólar enfraqueceu nas negociações de fim de dia. O índice DXY, que mede a moeda estadunidense em relação a seis outras divisas principais, recuou 0,03%, para 99,636, às 19h GMT.

Nas negociações de fim de dia em Nova York, o euro subiu para US\$ 1,1572, e a libra esterlina avançou para US\$ 1,3538.

As ações dos EUA fecharam em baixa. O índice Dow Jones Industrial Average caiu 0,51%, para 53.459,78 pontos. O S&P 500 recuou 0,52%, para 7.745,06. O índice Nasdaq Composite perdeu 0,32%, para 26.644,91 pontos. **Página 8**

Recuperação judicial de Casas Bahia expõe 3 fragilidades estruturais

Pedido impacta R\$ 17,3 bilhões em dívidas

O Grupo Casas Bahia informou que ingressou com pedido de recuperação judicial, dando início a uma nova etapa de reorganização de suas obrigações financeiras e de sua estrutura operacional. A medida judicial impacta pagamentos de aproximadamente R\$ 17,3 bilhões a bancos, fundos de investimentos, seguradoras, fornecedores, além de alugueis e dívidas trabalhistas.

“Nos últimos anos, fizemos um trabalho importante de transformação da companhia. Reduzimos de forma relevante o endividamento financeiro, melhoramos nossa estrutura de capital, avançamos em eficiência e fortalecemos a geração de caixa. Mas precisamos reconhecer que essa evolução, embora crucial, não foi suficiente diante de um cenário de crédito mais restritivo, juros elevados e consumo pressionado. A realidade mudou e, junto ao nosso Conselho de Administração, tomamos decisões para adequar a companhia a essa nova realidade”, afirma Renato Franklin, CEO do Grupo Casas Bahia.

O retorno do Grupo Casas Bahia à Justiça ocorre apenas 2

anos após a homologação de uma recuperação extrajudicial que reestruturou R\$ 4,8 bilhões. Da dívida total, R\$ 16,4 bilhões, ou 94,8%, estão nas mãos de credores sem garantia. A varejista encerrou o 2º trimestre de 2026 com prejuízo contábil de R\$ 10,1 bilhões, dos quais R\$ 9,1 bilhões decorreram de efeitos não recorrentes, e patrimônio líquido negativo em R\$ 8,1 bilhões. Mesmo desconsiderando esses efeitos extraordinários, a perda ajustada chegou a R\$ 978 milhões.

Com valor de mercado próximo de R\$ 660 milhões na manhã do pedido, a dívida declarada correspondia a aproximadamente 26 vezes o valor da companhia na Bolsa.

Na avaliação de Matheus Matos, sócio da MA7 Capital, a crise reúne três fragilidades estruturais. A primeira está na gestão: a sucessão da família Klein e as posteriores mudanças de controle não produziram continuidade estratégica suficiente para adaptar o negócio.

A segunda vem dos juros. Com a Selic em 14%, a companhia paga mais para financiar estoques e capital de giro, enquanto o consumidor de menor renda perde capacidade de comprar móveis e

eletrodomésticos parcelados.

A terceira está no atraso do modelo diante do comércio digital. Mesmo após investimentos em tecnologia, a varejista não conseguiu acompanhar, na mesma velocidade, a expansão de plataformas como a Amazon e a mudança na forma de comprar do brasileiro.

A recuperação judicial pode alongar dívidas e aliviar o caixa, mas não corrige sozinha essas três frentes. “Estão ganhando tempo. Na minha opinião, o modelo de negócio deles é só ganho de tempo”, afirma Matos.

Uma das principais tentativas de ganhar esse tempo será a captação de cerca de R\$ 1 bilhão por meio de um DIP Finance, negociado com Banco do Brasil, Bradesco e outros credores. O valor corresponde a aproximadamente 5,8% da dívida declarada, embora sua finalidade não seja liquidar o passivo, mas financiar a operação durante a recuperação judicial.

A urgência aparece nos estoques: o volume de mercadorias caiu mais de 20% no 2º trimestre, enquanto o prazo médio de disponibilidade recuou de 95 para 75 dias, reduzindo a capacidade de abastecer lojas e canais digitais.

Atividade econômica cai 0,6% em junho e confirma desaceleração da economia

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) recuou 0,6% em junho na comparação com maio de 2026, considerando os dados dessazonalizados. Nos 12 meses encerrados em junho, o indicador subiu 1,5%. Os números foram divulgados nesta segunda-feira pelo Banco Central. Na comparação trimestral, o crescimento ficou em 0,2%. Tendo como referência junho de 2025, o indicador apresentou crescimento de 2,4%. No acumulado do ano até junho de 2026, a alta é 1,5%.

Em junho, a atividade industrial perdeu 1,4% em relação a maio. O setor de serviços também apresentou resultado negativo, de 0,5%. A agropecuária avançou 1%.

Para Matheus Pizzani, economista do PicPay, o indicador sofreu retração puxado por setores ligados à economia doméstica.

“Os resultados apresentados apenas ratificam a percepção já passível de dedução a partir dos dados setoriais do período divulgados pelo IBGE, que já sinalizavam o quadro de desaceleração dos componentes internos da economia, com foco em setores mais sensíveis aos ciclos econômicos e fatores como juros, crédito e o nível de endividamento de famílias e empresas”, avalia.

O Monitor do PIB-FGV também foi divulgado nesta segunda-feira e aponta crescimento de 0,3% na atividade econômica no segundo trimestre em comparação ao primeiro. Porém, em junho, na comparação com maio, a retração foi de 1,1%. Na comparação interanual, houve alta de 1,7% no segundo trimestre e 1,9% em junho. A taxa acumulada em 12 meses até o segundo trimestre foi de 1,8%.

Em termos monetários, a FGV

estima que o PIB no primeiro semestre de 2026, em valores correntes, tenha sido de R\$ 6,557 trilhões. A taxa de investimento no segundo trimestre foi de 18,5%.

“O crescimento de 0,3% da economia no 2º trimestre mostra desaceleração da atividade econômica em relação ao forte de desempenho de 1% registrado no 1º trimestre do ano. Essa dinâmica também foi observada nas três grandes atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) e na maior parte dos componentes da demanda”, analisa Juliana Trece, coordenadora da pesquisa.

“Apenas o consumo não desacelerou no trimestre, mantendo o ritmo de crescimento do início do ano. Essa manutenção do crescimento do consumo deveu-se, principalmente ao bom desempenho do consumo de serviços e de produtos duráveis”, disse Trece.

Pacto Militar entre EUA e Paraguai preocupa Brasil

Celso Amorim, assessor especial da Presidência do Brasil para Assuntos Internacionais, expressou preocupação em relação à decisão do Paraguai de autorizar operações militares dos Estados Unidos perto de sua fronteira com o Brasil.

O assessor especial também defendeu um aumento no orçamento de defesa e rejeitou o tratamento de “quintal” que Washington tenta impor à nação sul-americana por meio da aplicação de novas tarifas sobre produtos brasileiros.

Em entrevista a um jornal paulista, Amorim afirmou que o cenário regional tornou-se mais preocupante devido à possibilidade de operações terrestres dos EUA em países da América Latina, alguns dos quais estão próximos às fronteiras do Brasil.

A autoridade citou especificamente a aproximação entre Washington e o Paraguai, destacando os riscos para o Brasil decorrentes de uma possível expansão das operações militares dos EUA na América del Sul.

Ele apontou o caso do Paraguai, que assinou acordos de cooperação militar com os Estados Unidos e cujo governo tomou medidas para classificar os grupos criminosos brasileiros Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como “organizações terroristas”.

O assessor também apoiou a posição do presidente brasileiro sobre a necessidade de fortalecer as capacidades de defesa e aumentar o orçamento militar.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,2028
Dólar Turismo	R\$ 5,5669
Euro	R\$ 6,0237
Iuan	R\$ 0,7700
Ouro (gr)	R\$ 738,00

ÍNDICES

IGP-M	-1,16% (julho) -0,50% (junho)
IPCA-E	RJ (março) 0,46% SP (março) 0,52%
Selic	14,25%
Hot Money	0,63%

O silêncio que protege o assédio

Por Wagner Cinelli de Paula Freitas

O silêncio protege o abuso até o momento em que alguém decide quebrá-lo. Esse é o ponto de partida de *O Escândalo (Bombshell)*, filme lançado em 2019, que retrata mulheres que enfrentam um homem poderoso. Embora apresente elementos ficcionais, a obra inspira-se no escândalo envolvendo Roger Ailes, então presidente da Fox News, acusado de assédio sexual contra funcionárias da emissora. Uma delas era Gretchen Carlson. Em 2016, após ser demitida, ajuizou ação contra Roger Ailes, sustentando que sua carreira havia sido prejudicada porque recusara suas investidas sexuais e denunciara o machismo existente na empresa. Durante mais de um ano, gravou secretamente reuniões com o executivo, registrando a afirmação de que ambos “deveriam ter tido um relacionamento sexual”. A iniciativa encorajou outras mulheres. Megyn Kelly revelou também ter sido vítima de assédio no início de sua carreira, e mais de

20 mulheres apresentaram relatos semelhantes. Diante da sucessão de denúncias, Roger deixou a emissora, enquanto Gretchen celebrou acordo de indenização de US\$ 20 milhões, acompanhado de um pedido público de desculpas. No Brasil, um escândalo de natureza semelhante veio à tona em 2020, quando a atriz e humorista Dani Calabresa formalizou denúncia de assédio contra seu chefe, encorajando outras mulheres a romperem o silêncio. Embora a persecução penal relativa ao fato tenha sido posteriormente extinta em razão da prescrição, o caso impulsionou o aperfeiçoamento de políticas de prevenção, canais de acolhimento e mecanismos internos de apuração em diversas organizações. Seu alcance ultrapassou os limites do processo penal. Os episódios apresentados revelam uma realidade que ultrapassa pessoas, empresas e países. O assédio sexual persiste porque encontra terreno fértil em relações desiguais de poder e em culturas organizacionais que dificultam seu enfrentamento. O receio de perder o emprego, sofrer represá-

lias ou comprometer a própria carreira faz com que muitas vítimas suportem constrangimentos por anos sem denunciá-los. Romper esse silêncio é, por isso, um dos passos mais importantes para transformar o ambiente de trabalho em um espaço seguro. O assédio sexual consiste na conduta de quem se vale de sua posição de superior hierárquico ou da ascendência decorrente do exercício de emprego, cargo ou função para constranger alguém com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual. Muito mais do que uma investida indesejada, trata-se de uma forma de abuso que transforma a autoridade em instrumento de intimidação. Embora o assédio sexual exista há muito tempo, somente em 2001 o ordenamento jurídico brasileiro passou a tipificá-lo no art. 216-A do Código Penal, que prevê pena de detenção de um a dois anos, aumentada em até um terço quando a vítima é menor de 18 anos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, as mulheres jovens têm o dobro da probabilidade

de sofrer violência e assédio sexual no ambiente de trabalho em comparação com os homens jovens. A vulnerabilidade aumenta ainda mais entre mulheres migrantes e em ambientes de trabalho tradicionalmente masculinos, como os setores de armazenagem e construção civil. Segundo estudo da Mindsight, divulgado em 2021, as mulheres sofrem assédio sexual no ambiente de trabalho em proporção três vezes superior à dos homens. O estudo também revelou que 97% das vítimas não denunciaram os episódios de assédio, principalmente por medo de retaliação, e que mais de 65% das empresas não possuíam canais seguros para o recebimento dessas denúncias. O medo de represálias, da perda do emprego, do descrédito e do isolamento continua sendo um dos principais fatores de silenciamento. Por isso, as estatísticas retratam apenas uma parcela da realidade. Paradoxalmente, o aumento recente das denúncias pode representar um avanço. Dados divulgados pelo Tribunal Superior do Trabalho mostram que, em

2026, as ações envolvendo assédio sexual cresceram cerca de 40% em relação ao ano anterior. Esse crescimento não significa, necessariamente, que os casos tenham se tornado mais frequentes. Pode indicar, sobretudo, que mais vítimas passaram a confiar nas instituições e a buscar proteção jurídica, quebrando um ciclo de silêncio que durante muito tempo favoreceu a perpetuação desses abusos. Esse quadro ajuda a compreender a natureza desse delito. Na maior parte das vezes, ele não decorre propriamente de atração afetiva ou sexual, mas constitui uma forma de exercício abusivo de poder, reforçando relações de dominação e desigualdade. Não por acaso, as mulheres continuam sendo as principais vítimas dessa forma de violência. Nos últimos anos, empresas e instituições públicas vêm fortalecendo políticas de integridade, códigos de ética e mecanismos de prevenção. Tornou-se cada vez mais comum a criação de canais seguros de denúncia e de comitês voltados à prevenção e ao enfrentamento dos assé-

dios moral e sexual, destinados a acolher as vítimas, orientar os encaminhamentos cabíveis e favorecer a apuração dos fatos pelos órgãos competentes, promovendo uma cultura organizacional baseada no respeito e na dignidade da pessoa humana. Esses avanços são importantes, mas nenhuma norma, protocolo ou comitê será plenamente eficaz se o medo continuar prevalecendo sobre a confiança. O enfrentamento do assédio sexual começa quando a vítima encontra um ambiente capaz de ouvi-la, acolhê-la e protegê-la. Romper o silêncio não é apenas um ato de coragem individual. É o primeiro passo para interromper o ciclo da violência, impedir que novas vítimas sejam atingidas e construir ambientes de trabalho em que o respeito prevaleça sobre o abuso de poder.

Wagner Cinelli de Paula Freitas é desembargador do TJRJ, mestre em Justiça Criminal pela LSE e presidente do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios e da Discriminação do TJRJ (Cogen – 1º Grau).

O maior risco para uma empresa hoje

Por Rodrigo Baraldi

Nos últimos anos, o debate sobre o futuro do trabalho foi dominado por temas como inteligência artificial, transformação digital e produtividade. As empresas aceleraram investimentos em tecnologia, automatizaram processos e redesenharam suas estruturas para ganhar eficiência. No entanto, enquanto a atenção estava voltada para as ferramentas, um problema muito mais silencioso começou a crescer dentro das organizações: a crise da liderança. O recém-publicado State of the Global Workplace 2026, da Gallup, ajuda a dimensionar esse cenário. O levantamento aponta que o engajamento global dos trabalhadores caiu para 20%, o menor patamar desde 2020, provocando uma perda estimada em US\$ 10 trilhões

para a economia mundial, o equivalente a aproximadamente 9% do PIB global. Mais do que um indicador de clima organizacional, trata-se de um alerta sobre competitividade, capacidade de execução e geração de valor. O dado mais relevante, porém, talvez não seja a queda do engajamento dos colaboradores. É a constatação de que ela começa justamente entre aqueles que deveriam impulsioná-lo: os gestores. Segundo a Gallup, os níveis de engajamento dos líderes, especialmente dos gerentes intermediários, também recuaram, refletindo um ambiente de pressão crescente, estruturas mais enxutas e equipes cada vez maiores sob a responsabilidade de um único profissional. Essa realidade merece atenção porque desmonta uma ideia bastante difundida no ambiente corporativo:

a de que a liderança é uma consequência natural da experiência ou do tempo de carreira. Não é. Liderar exige preparo, disponibilidade e desenvolvimento contínuo. E, quando esses elementos deixam de existir, os impactos aparecem rapidamente na cultura, na produtividade e, inevitavelmente, nos resultados financeiros. Ao longo da minha trajetória assessorando empresários e conduzindo processos de crescimento e de fusões e aquisições, aprendi que empresas raramente perdem valor apenas por questões financeiras. Com muito mais frequência, elas sofrem porque deixam de cuidar das pessoas responsáveis por sustentar sua operação. Em muitas negociações, os ativos, os produtos e a tecnologia permanecem praticamente inalterados. O que muda é a capacidade da liderança de manter equipes alinhadas, preservar

talentos estratégicos e conduzir a organização durante períodos de transformação. Essa diferença é ainda mais evidente em momentos de integração após uma aquisição. A tecnologia pode ser incorporada rapidamente. Os processos podem ser padronizados. Mas confiança, alinhamento e senso de pertencimento não surgem em uma planilha nem podem ser implantados por decreto. Eles dependem da atuação de líderes preparados para conduzir pessoas em cenários de incerteza. A ascensão da inteligência artificial reforça essa necessidade. Muito se discute sobre quais atividades serão automatizadas, mas pouco se fala sobre aquilo que continuará exclusivamente humano. Ferramentas inteligentes conseguem acelerar análises, organizar informações e aumentar a eficiência operacional. O que elas não fazem é desenvolver profissionais,

administrar conflitos, construir relações de confiança ou inspirar equipes diante de desafios complexos. É justamente por isso que acredito que a principal vantagem competitiva das empresas nos próximos anos não estará apenas na tecnologia que adquirirem, mas na qualidade das lideranças que conseguirem formar. Organizações que investem continuamente no desenvolvimento de seus gestores tendem a criar ambientes mais resilientes, adaptáveis e preparados para enfrentar mudanças. Em contrapartida, empresas que enxergam a liderança apenas como um cargo acabam descobrindo, tarde demais, que eficiência operacional não substitui gestão de pessoas. Em um cenário de mercados cada vez mais dinâmicos, inovar continuará sendo essencial. Mas inovação sem liderança dificilmente se

transforma em crescimento sustentável. Estratégias podem ser copiadas, tecnologias podem ser compradas e processos podem ser replicados. A capacidade de formar líderes que desenvolvem pessoas, fortalecem culturas organizacionais e conduzem equipes de alta performance, por outro lado, permanece como um dos ativos mais difíceis de construir — e também um dos mais valiosos. Talvez o maior desafio das empresas hoje não seja encontrar os melhores talentos. Seja garantir que existam líderes preparados para fazer com que esses talentos escolham permanecer, crescer e construir o futuro da organização ao seu lado.

Rodrigo Baraldi é conselheiro estratégico em M&A, mentor de empresários e autor do livro 365 dias para se tornar o dono que sua empresa precisa.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à


Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

IA: a hora de comprovar resultados

A pesquisa AI Impact Survey 2026, da Grant Thornton, realizada com 950 líderes empresariais de dez indústrias mostra que, embora a adoção da inteligência artificial (IA) avance rapidamente, muitas organizações ainda enfrentam dificuldades para transformar a tecnologia em receita, produtividade e vantagem competitiva.

A consultoria fez um apanhado da situação atual da IA em 10 setores:

Serviços: maturidade (57% das empresas expandindo seu uso para múltiplas áreas) sem retorno financeiro proporcional

Tecnologia: liderança em inovação (81% das companhias ampliaram o uso de IA agêntica e 24% integraram totalmente a ferramenta aos fluxos de trabalho) e em desafios

Private Equity: alto potencial e resultados tímidos – apenas 24% apontam aumento de receita atrelado à tecnologia

Seguros: avanço na receita condicionado à governança – mais da metade das seguradoras registra crescimento de receita gerado por IA

Energia: eficiência em alta com lacunas regulatórias

Manufatura: rotina eficiente sem reflexo no faturamento – nenhuma empresa do setor identificou acréscimo de receita

Mídia e entretenimento: implementação veloz com foco no futuro

Instituições financeiras: uso disseminado e ganho financeiro lento, com apenas 1/3 das organizações declarando novos ganhos

Gestão de ativos: foco em suporte limita o retorno – as gestoras de recursos reduziram custos, mas somente 41% constataam alta no faturamento

Mercado imobiliário: investimentos descompassados da estrutura

Para Maikon Silva, sócio de Risk da Grant Thornton, a próxima vantagem competitiva não estará necessariamente nas empresas que mais investirem em IA, mas naquelas capazes de gerar valor comprovado.

Por outro lado, as empresas que integraram a IA de forma estruturada apresentam desempenho superior. “A IA deixou de ser um diferencial por si só. O que destaca as empresas é a capacidade de conectar tecnologia à estratégia e gerar valor real”, afirma Silva.

Fontes

A mídia tradicional abriu campanha para preservação do sigilo da fonte dos jornalistas. Nada mais justo, mas surpreendente para uma mídia que marchou ao lado da ditadura (algumas, da ditabranda) e fez um mea-culpa pouco convincente.

Juristas já explicaram, a partir do caso de Flávio Dino, que não existe direito absoluto (fora não ser escravizado ou torturado). A questão não pode ser vista de forma abstrata; deve-se analisar o caso concreto que, conforme informações reveladas neste final de semana, podem sair da esfera do jornalismo e entrar na seara criminal.

O interessante é entender por que a mídia tradicional vestiu a capa de defensora da liberdade de imprensa. Será pelo direito de preservar fontes que vazam informações de forma seletiva, contribuindo para campanhas de interesse dos conglomerados, tipo Lava Jato?

Rápidas

O desembargador, advogado e professor David Medina lançará, nesta quarta, 19h, o livro *Persuasão sem Truques – O método de um especialista para influenciar decisões, convencer com ética e se defender de manipuladores*, na Livraria Paisagem, Bourbon Shopping Carlos Gomes, Porto Alegre *** Beatriz Reis, especialista em marketing, participa do evento Ella Lidera 2026, neste sábado, com a oficina “Entendendo a minha multipotencialidade”.

Poço no Oiapoque junta Congresso e Executivo

Alcolumbre agradece Lula por defesa do projeto

A presidente da Petrobras, Magda Cham-briard, recepcionou comitiva em visita à sonda NS-42, nesta segunda-feira, que faz a pesquisa exploratória no poço Morpho, em águas profundas do Amapá (Oiapoque), na margem equatorial brasileira. A presidente acompanhou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior; e o presidente do Senado Federal, David Alcolumbre.

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, participou da agenda oficial do

governo federa, acompanhando Lula em uma visita a um navio-sonda exploratório da Petrobras. Esse navio atua em águas profundas na costa amapaense.

Alcolumbre ressaltou que “na minha condição de amapaense, de presidente do Congresso Nacional, muito obrigado pela defesa que o senhor fez ao longo dos últimos três anos e meio, enfrentando tudo e todos para defender que este projeto chegasse no dia de hoje com essa descoberta feita pela Petrobras, que tem que ser o orgulho de todos os brasileiros. É preciso que a gente, de uma vez por todas, reconheça no Brasil aqueles que enfrentaram causas que muitas

das vezes foram contestadas ou até mesmo criticadas”.

A visita aconteceu após o anúncio da Petrobras de que foram encontrados hidrocarbonetos em um poço exploratório na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial — área marítima que se estende do Amapá até o Rio Grande do Norte. A descoberta pode resultar na exploração de gás e petróleo na região.

“Nós sabemos que a riqueza do petróleo é transformadora para a vida das pessoas, sobretudo por meio dos recursos do fundo social, que vão para a educação pública e a saúde pública. Em nome do povo amapaense, em nome deste

pedaço de chão, no extremo norte do Brasil, expresso nossos agradecimentos por enfrentarmos esse desafio”, declarou Davi ao elogiar a Petrobras e agradecer o apoio do Poder Executivo às pesquisas que resultaram na descoberta.

Segundo a Agência Senado, o presidente do Senado criticou “aqueles, de outros países, que insistem em querer tutelar o futuro do Brasil e o futuro dos brasileiros”. E acrescentou, que “Nós dizemos, de uma vez por todas: deixem que nós, brasileiros, que lutamos pela defesa do nosso Brasil, que nós decidamos o que nós queremos do Brasil”.

Mercado mantém estáveis projeções para inflação, juros, PIB e dólar

As expectativas do mercado financeiro para a inflação, a taxa básica de juros, o crescimento da economia e câmbio permaneceram estáveis na comparação com a semana passada, segundo o Boletim Focus divulgado nesta segun-

da-feira pelo Banco Central. Para 2026, a projeção para a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi mantida em 5,02%.

A estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) também

permaneceu em 1,98%. As projeções para o dólar ao fim do ano e para a taxa básica de juros (Selic) seguiram em R\$ 5,20 e 13,75% ao ano, respectivamente.

O boletim também mostrou pequenas alterações nas estimativas para 2027. A

projeção para o IPCA passou de 4,22% para 4,24%, enquanto a previsão de crescimento do PIB recuou de 1,52% para 1,50%. A estimativa para o dólar subiu de R\$ 5,28 para R\$ 5,29. A expectativa para a Selic permaneceu em 12% ao ano.

Presidente do TSE defende urna eletrônica

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, disse nesta segunda-feira que o Brasil é referência internacional na realização de eleições. Durante reunião com 86 embaixadores para demonstrar o funcionamento do sistema brasileiro de votação, o ministro defendeu a urna eletrônica e afirmou que o sistema garante a transparência do pleito. “O Brasil tornou-se, ao longo das últimas décadas, uma referência mundial na realização de eleições. A vanguarda entre as democracias representativas contemporâneas é resultado da contínua e paulatina construção de um processo eleitoral eficiente”, ressaltou.

Nunes Marques também destacou que o TSE aprovou neste ano regras para o combate ao uso ilegal da inteligência artificial (IA) na campanha eleitoral. “Agigantam-se as possibilidades de mau uso da inteligência artificial nas disputas eleitorais. A produção de vídeos e áudios que visam manipular e disseminar conteúdos capazes de enganar o eleitorado, distorcer o debate público ou comprometer a livre formação da vontade política”, completou.

Regras

Segundo a Agência Brasil, em março deste ano, o

TSE aprovou regras sobre utilização de inteligência artificial durante as eleições gerais de outubro. As normas valem para candidatos e partidos. Os ministros proibiram que provedores de IA permitam, ainda que solicitado pelos usuários, sugestões de candidatos para votar.

O objetivo é evitar a interferência de algoritmos na livre escolha dos eleitores. Para combater a misoginia digital, o TSE proibiu postagens nas redes sociais com montagens envolvendo candidatas e fotos e vídeos com nudez e pornografia. A Corte eleitoral também reafirmou que os provedores de

internet poderão ser responsabilizados pela Justiça se não retirarem perfis falsos e postagens ilegais de seus usuários.

O primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro, quando serão eleitos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República. O segundo turno está marcado para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente. Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

FMO PARTICIPAÇÕES LTDA. CNPJ/MF 06.135.931/0001-83 - NIRE 35218862929 ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2026		
DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 30 de julho de 2026, às 10h00, na sede social da FMO PARTICIPAÇÕES LTDA. ("Sociedade"), sociedade empresária limitada, constituída e existente de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Ruyvin, 55, conj. 911, sala 2, Indianópolis, CEP: 04516-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.135.931/0001-83, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35218862929. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos da legislação aplicável e do Contrato Social da Sociedade, tendo em vista a presença da totalidade dos sócios, representando 100% (cem por cento) do capital social. MESA: Presidente: Fernando Marques Oliveira; Secretária: Sra. Manuela Maciel Marques Oliveira. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme posteriormente alterada ("Código Civil"), em razão do capital social ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, bem como sobre as demais providências decorrentes de tal redução. DELIBERAÇÕES: Após examinada e discutida a matéria constante da ordem do dia, os sócios, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue: Redução do Capital Social. Os sócios aprovam a redução do capital social da Sociedade no montante de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. CANCELAMENTO DE QUOTAS. A redução de capital será suportada integralmente pelo sócio Fernando Marques Oliveira, mediante o cancelamento de 800.000 (oitocentas mil) quotas, de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, das quais é titular, no valor total de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais). Restituição ao Sócio. Em decorrência do cancelamento das quotas referido acima, a Sociedade restituirá ao sócio Fernando Marques Oliveira o montante de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), observados os prazos e procedimentos previstos nos artigos 1.083 e 1.084 do Código Civil. Novo Capital Social. Em razão da redução ora aprovada, o capital social da Sociedade, anteriormente fixado em R\$13.518.076,00 (treze milhões, quinhentos e dezoito mil e setenta e seis reais), dividido em 13.518.076 (treze milhões, quinhentas e dezoito mil e setenta e seis) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, passa a ser de R\$12.718.076,00 (doze milhões, setecentos e dezoito mil e setenta e seis reais), dividido em 12.718.076 (doze milhões, setecentas e dezoito mil e setenta e seis) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Nova Distribuição do Capital Social. Em decorrência da redução ora aprovada, a participação dos sócios no capital social da Sociedade passa a ser a seguinte:		
Sócio	Nº de Quotas	Valor
Fernando Marques Oliveira	10.707.712	R\$10.707.712,00
Beatriz Marques Oliveira	1.005.182	R\$1.005.182,00
Manuela Maciel Marques Oliveira	1.005.182	R\$1.005.182,00
Total	12.718.076	R\$12.718.076,00
Alteração do Contrato Social. Os sócios aprovam, em decorrência da redução de capital ora deliberada, a alteração da Cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade, que passará a refletir o novo capital social e a distribuição de quotas acima indicados. Providências. Os sócios autorizam os administradores da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de julho de 2026. Sócios: FERNANDO MARQUES OLIVEIRA - Sócio/Presidente da Mesa; BEATRIZ MARQUES OLIVEIRA - Sócia; MANUELA MACIEL MARQUES OLIVEIRA - Sócia/Secretária da Mesa.		

SEU DIREITO

Carf pune empreiteira por prática de faturamento direto

João Vitor de Mello Andreis

O faturamento direto consolidou-se como prática corrente na construção civil, de pequenas reformas a grandes empreendimentos. Embora não seja nova, a prática se intensificou após os efeitos inflacionários da pandemia de Covid-19, que levaram os agentes do setor a buscar estruturas contratuais e relacionais aptas a desonerar os custos da obra. Foi justamente uma dessas estruturas que o Carf examinou ao julgar o Acórdão 1102-002.013. A contribuinte, empresa de pavimentação no regime de apuração do lucro presumido, firmava contratos de empreitada total com fornecimento de materiais e, por cláusula contratual, parte dos insumos era faturada pelos fornecedores diretamente contra os contratantes da obra, com o respectivo valor abatido das medições.

Consequentemente, as notas fiscais de serviço da prestadora eram emitidas por valor inferior ao preço global pactuado. O Fisco enxergou a prática como omissão de receita, enquanto a contribuinte defendeu que auferia apenas o saldo líquido.

O colegiado deu parcial provimento aos recursos voluntários e, por unanimidade, rejeitou as preliminares de nulidade, mantendo integralmente as exigências de IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e CPRB. No mérito, prevaleceu o entendimento de que, na empreitada total, o preço global é a medida da receita bruta, em consonância com o art. 2º da Lei 8.846/1994 e o art. 224 do RIR/99, sendo o mecanismo de liquidação escolhido pelas partes inoponível ao Fisco.

Trata-se, ademais, da modalidade que conserva a presunção de 8%, de modo que não se admite reduzir a alíquota e, ao mesmo tempo, excluir os materiais da receita. No mesmo julgamento, o colegiado rejeitou a exclusão do ISS das bases de PIS, Cofins e CPRB, por não admitir a extensão administrativa da tese do ICMS firmada no RE 574.706.

A multa qualificada foi mantida, mas reduzida de 150% para 100%, por retroatividade benigna, de acordo com a Lei 14.689/2023, c/c o art. 106, II, “c”, do CTN.

Quanto à sujeição passiva solidária, foram mantidas a da empresa de engenharia do mesmo grupo, com fundamento no art. 124, I, do CTN, e a do sócio que firmou pessoalmente os contratos, nos termos do art. 135, III. Por outro lado, foi afastada, por voto de qualidade, a responsabilidade do sócio cuja responsabilização repousava apenas na condição societária.

O relator, conselheiro Gabriel Campelo de Carvalho, restou vencido ao propor o afastamento da qualificação da multa e das responsabilidades da segunda empresa e daquele sócio.

Possíveis desdobramentos

No plano prático, a decisão sinaliza que faturar materiais diretamente ao cliente não reduz a receita tributável na empreitada total. Quem pretenda que o tomador adquira os insumos por conta própria deve estruturar a relação como empreitada de labor ou por preços unitários com objeto segregado, e não como empreitada total com cláusula de desconto, que a fiscalização tende a ler como definição do objeto.

As controvérsias concentram-se no voto vencido, que oferece três frentes de discussão. A primeira é a motivação da multa qualificada: a capitulação conjunta dos arts. 71, 72 e 73 da Lei 4.502/1964, somada à afirmação fiscal de que seria “irrelevante distinguir” entre sonegação, fraude e conluio, configuraria vício de motivação (art. 50, II, da Lei 9.784/1999) – tema com precedentes divergentes no Carf e, por isso, vocacionado ao recurso especial à CSRF.

Além disso, existe o alcance do interesse comum do art. 124, I: a leitura ampliada do voto vencedor, que extrai o requisito da confusão patrimonial, contrasta com a orientação restritiva do STJ (EREsp 834.044/RS e AgRg no REsp 1.535.048/PR) e com o Parecer Normativo Cosit/RFB 04/2018, tendendo a render mais no Judiciário. A terceira é a exigência de individualização da conduta no art. 135, III, que conduziu a desfechos opostos entre os dois sócios.

No mérito tributário, a orientação é rigorosa e dificilmente reversível, por depender de interpretação contratual e de prova: é a frente mais árida para o contribuinte. A tração recursal está no voto vencido, que oferece roteiro consistente à Câmara Superior e ao Judiciário quanto à multa qualificada e à responsabilização solidária do grupo econômico. Mais do que um precedente desfavorável, o julgado reforça que o resultado se define na estruturação da operação desde a origem: o que se perde no lançamento raramente se recupera no contencioso.

João Vitor de Mello Andreis é advogado do DSA – Donelli e Zenid Advogados.

Com juros altos, dívidas das empresas chegam a R\$ 232,9 bilhões

O número de empresas inadimplentes no Brasil cresceu em junho de 2026 e superou a marca de 9,1 milhões de CNPJs, maior marco da série histórica. Os dados são do Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian, primeira e maior datatech do país.

No período, o volume financeiro de dívidas negativas chegou a R\$ 232,9 bilhões. Em média, cada empresa inadimplente acumulou 7,3 contas em atraso, com dívida média de R\$ 25.508,96 por CNPJ e ticket médio de R\$ 3.515,77.

A economista-chefe da Serasa Experian, Camila Abdelmalack, explica que o encerramento do primeiro semestre confirma a continuidade de um ambiente desafiador para as empresas brasileiras. “Os dados mostram que a inadimplência segue avançando mesmo após o início do ciclo de cortes da Selic. Isso acontece porque as condições financeiras continuam bastante restritivas e os juros permanecem elevados em termos históricos, limitando uma melhora mais consistente do mercado de

crédito. Ao mesmo tempo, a atividade econômica começa a apresentar uma desaceleração mais evidente, reduzindo o ritmo de geração de receita das empresas justamente em um momento em que muitas ainda enfrentam dificuldades para reorganizar seus passivos e recompor o fluxo de caixa”, afirma.

Do total de empresas negativas em junho, 55,7% pertenciam ao setor de “Serviços”. Na sequência apareceram os segmentos de “Comércio” (32,2%), “Indústria” (8%) e “Primário” (0,9%).

“A composição das dívidas reforça que muitas empresas continuam recorrendo ao crédito para sustentar a operação e administrar o capital de giro, e não necessariamente para investir ou expandir os negócios. Em um ambiente de crédito mais seletivo, reorganizar esses compromissos financeiros se torna mais difícil, o que prolonga o processo de regularização e contribui para a manutenção de um estoque elevado de inadimplência”, explica Camila.

Em relação à origem das dívidas, o maior peso permaneceu com o segmen-

to de “Serviços” (31,6%), seguido por “Bancos/ Cartões” (19,5%). Na sequência apareceram Cooperativas (8,4%), Utilities (6,9%) e Telefonia (6%).

“Quando observamos a composição das dívidas, percebemos que boa parte da inadimplência empresarial continua ligada às necessidades de financiamento da própria operação. Em um ambiente de crédito restritivo, administrar essas obrigações torna-se mais complexo, especialmente para empresas que dependem de capital de giro para manter suas atividades”, explica Camila.

Visão regional

Regionalmente, o Sudeste concentrou o maior volume de empresas inadimplentes em junho de 2026, com destaque para São Paulo (3.126.658), seguido por Minas Gerais (907.558) e Rio de Janeiro (874.385). Na sequência apareceram estados como Paraná (601.986) e Rio Grande do Sul (527.555). A concentração acompanha o peso econômico e a maior densidade empresarial dessas regiões.

Do total de empresas

inadimplentes no país, as micro e pequenas empresas seguiram como maioria expressiva, com 8,6 milhões de CNPJs negativados em junho. O grupo concentrou 59,7 milhões de dívidas, que somaram R\$ 201,4 bilhões. Em média, cada micro e pequena empresa acumulou 6,9 contas inadimplidas, com dívida média de R\$ 23.181,56 e ticket médio de R\$ 3.370,47.

“O quadro das micro e pequenas empresas continua sendo o mais preocupante, porque estamos falando de negócios que acumulam, em média, quase sete pendências financeiras simultaneamente. Para empresas desse porte, esse volume de compromissos representa uma pressão significativa sobre o fluxo de caixa e reduz a capacidade de investimento e de crescimento. Em um cenário em que os juros permanecem elevados e a desaceleração econômica tende a ganhar intensidade no segundo semestre, a gestão financeira passa a ser ainda mais decisiva para preservar a sustentabilidade dos negócios”, conclui Camila Abdelmalack.

Varejo cresce em julho e registra alta de 4,7% no ano

As vendas do comércio brasileiro voltaram a crescer em julho, com alta de 0,9% na comparação mensal, segundo o Índice do Varejo Stone (IVS). Na comparação com o mesmo período no ano passado, o comércio avançou 4,7%, mantendo o volume de vendas acima do observado em 2025. O estudo, que acompanha mensalmente a movimentação do varejo no país, é uma iniciativa da Stone, o banco pra quem empreende.

Segundo Guilherme Freitas, economista e pesquisador da Stone, o avanço registrado em julho consolida a retomada iniciada no mês anterior, mas ainda ocorre em um ambiente de condições financeiras restritivas. “O varejo apresentou dois meses consecutivos de crescimento na margem, com julho mantendo a atividade em patamar superior ao observado no ano passado. O mercado de trabalho continua sendo o principal sustentáculo do consumo, com desemprego baixo, renda em nível elevado e crescimento do rendimento real. Por outro lado, o elevado comprometimento da

renda das famílias e o custo ainda alto do crédito segue limitando uma recuperação mais disseminada, especialmente nos segmentos mais dependentes de financiamento. O ciclo de redução dos juros tende a contribuir para uma melhora das condições financeiras, mas seus efeitos ainda devem levar algum tempo para se refletir de forma mais ampla na atividade”, afirma.

No recorte mensal, cinco dos oito segmentos apresentaram crescimento em julho. A maior alta foi registrada em Artigos Farmacêuticos (2,5%), seguida por Combustíveis e Lubrificantes (2,1%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (1,6%) e Material de Construção (1%). Entre os segmentos que registraram retração estão Tecidos, Vestuário e Calçados (4,1%), Móveis e Eletrodomésticos (2,2%), Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (1,1%) e Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (0,6%).

No comparativo anual, sete dos oito segmentos analisados apresentaram crescimento. A maior alta foi observada em Com-

bustíveis e Lubrificantes (9,1%), seguida por Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (7,4%), Material de Construção (5,2%), Artigos Farmacêuticos (5%), Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (3,9%), Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (1,8%) e Móveis e Eletrodomésticos (0,8%). Tecidos, vestuário e calçados foi o único segmento a apresentar retração, com queda de 5,6%.

Destaques regionais

No recorte regional, 24 estados apresentaram crescimento em julho, na comparação anual. O maior avanço foi registrado em Roraima (18,2%), seguido por Mato Grosso do Sul (9,5%), Acre (7,4%), Rondônia (6,3%), Amapá (5,7%), Amazonas e Pará (5,2%), Minas Gerais (4,8%), Alagoas e Distrito Federal (4,6%), Paraíba (4,5%), Maranhão (4,4%), São Paulo (4,2%), Pernambuco (3,4%), Bahia e Santa Catarina (3%), Rio Grande do Norte (2,9%), Sergipe (2,7%), Goiás (2,2%), Rio de Janeiro (1,9%), Piauí

(1,7%), Paraná (1,4%), Ceará, Espírito Santo e Mato Grosso (0,5%). Entre os estados que registraram retração estão Rio Grande do Sul (2,6%) e Tocantins (1,9%).

Já na análise por regiões do país, o Norte apresentou o maior crescimento, com alta de 6,6%, seguido por Centro-Oeste (4,2%), Nordeste (3,1%), Sudeste (2,9%) e Sul (0,6%).

“O desempenho de julho mostra uma retomada ainda disseminada do varejo, mas com diferenças importantes entre as regiões. O Norte apresentou o resultado mais forte, com destaque para Roraima, enquanto o Centro-Oeste também ficou acima da média nacional. A sustentação do mercado de trabalho e da renda ajuda a explicar a continuidade do crescimento em boa parte do país, mas as condições de crédito ainda restringem uma recuperação mais homogênea. A combinação desses fatores deve continuar determinando o ritmo das economias regionais nos próximos meses”, avalia Guilherme Freitas.

ACADEMIA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, o Presidente da Academia Brasileira de Administração Hospitalar, na forma prevista no Artigo 53, do Estatuto Social, convoca os Acadêmicos em pleno gozo dos direitos sociais e que satisfaçam as exigências estatutárias, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, para realização de Eleições dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o quinquênio 2026/2031. O prazo para registro das chapas será de 7 (sete) dias, contados a partir da publicação deste edital. O registro das chapas deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico ucm1000@yahoo.com, até o final do prazo. A sessão eleitoral será instalada no dia 15 de setembro de 2026, às 13h30 em primeira convocação e às 14h00 em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes. Os Acadêmicos poderão votar de forma on line, direcionando o seu voto para o endereço eletrônico abrasah2026@gmail.com, no dia 14 de setembro de 2026, no período das 6h00 às 22h00. A AGO será realizada em formato híbrido, sendo a reunião presencial realizada no auditório da FEHERJ, localizado na Avenida Rio Branco, n.º 257, salas 1.506 a 1.515, Centro, nesta Cidade. O ambiente virtual poderá ser acessado pelos participantes através da plataforma Zoom Workplace, no endereço <https://us06web.zoom.us/j/86870604508>, ID da reunião: 868 7060 4508, Senha: 732658. Nesta AGO os Acadêmicos também deverão deliberar sobre a reforma do Estatuto Social.

Armando Carvalho Amaral. Presidente.

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 01 de setembro de 2026, às 11 horas, na sede da sociedade na Rua Marquês de Paraná nº 110, Centro, Niterói/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Eleição/Reeleição Diretoria; **(b)** Distribuição de dividendos; e **(c)** Assuntos gerais da Companhia. Niterói, 11 de agosto de 2026. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor. Thiago Contage Damaceno - Diretor.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Similares do Município do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os integrantes das categorias de hotéis, restaurantes, bares e similares, associados e não associados, que mantêm relação de emprego com as empresas do comércio de Hotéis, Motéis, Hostel, Restaurantes, Comida a Quilo, Bares, Churrascarias, Lanchonetes, Botequins, Casa de Chá, Sorveterias, Cafés, Pensões, Hospedarias, Pousadas, todos os meios de hospedagens, Quiosques, Pizzarias, Pastelarias, gastronomia em geral e similares, estabelecidas no Município do Rio de Janeiro-RJ, a **PARTICIPAREM DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a qual realizar-se-á no próximo dia **27 /08/2026 (vinte e sete de agosto de 2026) às 09:00 horas**, na sede da entidade na **Rua do Senado, n.264 – Centro -Rio de Janeiro-RJ, telefone (21) 2221.6007 e-mail contato@sindicatohoteleirorj.com.br**, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura, discussão e deliberação sobre a Ata da Assembleia anterior; 2) Apresentação, discussão e deliberação da proposta de concessão ou não de autorização para o desconto e recolhimento da contribuição sindical de toda a categoria profissional (associados ou não), servindo a deliberação da assembleia geral extraordinária, na hipótese de sua aprovação, como prévia e expressa autorização ao desconto da contribuição sindical na folha de pagamento de todos os empregados da categoria profissional na base territorial, em favor do sindicato e demais credores/beneficiários indicados no artigo 589 da CLT, caput, c.c. o inciso II, alínea "a" até "e"; 3) Autorização para a Diretoria do Sindicato profissional notificar todas as empresas da categoria econômica, comunicando a expressa autorização para o desconto da contribuição sindical e recolhimento a seu favor de todos os integrantes da categoria que mantenham contrato de trabalho na base territorial, caso a proposta seja aprovada, notificação essa que será inserida no bojo dos próprios Editais que serão publicados na forma do artigo 605 da CLT. O item 1 será votado por aclamação e os itens 02 e 03 serão votados por escrutínio secreto. Em conformidade com o artigo 106 do Estatuto Social do Sindicato, o quórum para instalação, funcionamento e validade da Assembleia será o da maioria absoluta dos votos associados e não-associados, em primeira convocação, e de qualquer número de sócios e não sócios presentes, em segunda convocação uma hora após o horário marcado, ou seja, as 10:00 horas, no mesmo dia e local. Os sócios serão identificados pela carteira social onde conste o número da matrícula no sindicato; os não-sócios deverão exibir a CTPS onde conste o contrato de trabalho em qualquer empresa da base territorial do sindicato cuja atividade econômica esteja dentro do âmbito de sua representação. Afixe-se no quadro de Avisos do sindicato e publique-se na forma estatutária. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO CORREIA CASSIANO
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca toda a categoria dos empregados em hotéis, restaurantes, bares e similares (setor de hotelaria e gastronomia), sócios e não-sócios, de sua base territorial integrada apenas pelo Município do Rio de Janeiro/RJ, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **27 de agosto de 2026, às 09:00 horas**, na Rua do Senado No. 264, Rio de Janeiro, RJ, Telefone (21) 2221.6007, a fim de deliberarem, por escrutínio secreto, sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia: **a** - apresentação, discussão e aprovação das propostas de pauta de reivindicações para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho -2026/2027, a ser negociada junto às categorias econômicas representantes do setor patronal de hotelaria e gastronomia (paritária categoria econômica), visando a obtenção de vantagens econômico-sociais para os componentes da respectiva categoria profissional; **b** - deliberar e aprovar sobre as formas e meios de custeio das despesas e atividades sindicais, como contribuições, taxas de expediente, taxas de reembolso, cotas de participação negocial etc., a serem descontadas dos salários/remunerações dos sócios e/ou de toda a categoria profissional, como for decidido pela Assembleia, bem como, se for o caso, as consequências para os membros da categoria profissional que se opuserem e/ou não concordarem em pagar as verbas de custeio sindical aprovadas; **c** - discussão e aprovação das condições em que haverá paralisação coletiva, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma após formalizada; **d** - votação pela Assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente do sindicato para negociar e firmar a norma coletiva, ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente, se for o caso. Em primeira convocação e para que a Assembleia se instale no horário marcado, o quorum para instalação/funcionamento da Assembleia Geral será o de metade mais um dos seus componentes (art.106 do Estatuto da entidade). Em segunda convocação e para que a reunião se instale uma hora após o horário marcado, o quórum para o funcionamento da Assembleia será o de qualquer número de seus componentes votantes (art.106 do Estatuto da entidade, parte final). Na forma do art.111, §2º, do Estatuto Social, a Assembleia poderá se prolongar por período de até 15(quinze) dias, contados da data de sua realização (data supra), para que compareçam e votem o maior número possível de empregados da categoria profissional (sócios e não-sócios), e desde que comprovem pertencer ao quadro de sócios ou à categoria, exibindo a carteira social ou a CTPS atualizada ou contracheque do mês. Rio de Janeiro, RJ, **18 de agosto de 2026.**

MARIA CONCEIÇÃO CORREIA CASSIANO
Presidente

SINDICATO DOS MÚSICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 27.903.624/0001-75

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÕES 2026

AVISO ELEIÇÕES

O Presidente do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro - SINDMUSI-RJ, no uso de suas atribuições estatutárias e, em conformidade com os arts. 45 e 48 do Estatuto Social em vigor (disponível na sede e no sítio eletrônico do Sindicato), instala a Comissão Eleitoral Provisória e convoca todos os associados quites e em pleno gozo de seus direitos, conforme dispõem os arts. 529 e 530 da CLT e art. 47 §2º e 49 do Estatuto Social, para participação no processo eleitoral para renovação da Diretoria, do Conselho Fiscal, Delegados e do Corpo de Suplentes para o mandato do quadriênio 2026 a 2030, que será realizado nos dias 04 e 05 de novembro de 2026, no horário de 10:00h às 16:00h, na sede desta entidade sindical, localizada na Rua Álvaro Alvim, 24, Grupo 405, Centro/Cinelândia, Rio de Janeiro/RJ. Para o registro de chapas, as 3 (três) vias do requerimento, assinadas por todos os integrantes da respectiva chapa e endereçadas ao presidente da comissão eleitoral, devem ser entregues na sede do Sindicato, as terças e quintas, entre 14:00 e 18:00, até o 30º (trigésimo) dia após a publicação deste edital, acompanhadas das fichas de inscrição e dos documentos comprobatórios das informações neles contidas, conforme disposto no art. 52 §2º do Estatuto. As impugnações de candidaturas observarão o disposto dos arts. 56 e 62 no Estatuto Social com prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de afixação da relação das chapas para o pleito na sede do Sindicato. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição limitada às chapas empatadas no prazo de 15 (quinze) dias após o resultado da eleição, conforme o art. 84 do Estatuto. Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 2026 - Presidente - Teófilo Pereira de Lima.

XP Inc. reporta crescimento de 8% da receita bruta no 2T26

Lucro líquido foi de R\$ 1,4 bilhão

A XP Inc. (NASDAQ: XP), uma das maiores instituições financeiras independentes do Brasil, apresentou outro trimestre de crescimento e, com avanço da receita, da rentabilidade e dos ativos de clientes. A receita bruta atingiu R\$ 5,056 bilhões (+8% YoY), enquanto o lucro líquido ajustado somou R\$ 1,384 bilhão (+5% YoY) e o EBT ajustado alcançou R\$ 1,565 bilhão (+15% YoY). Os resultados do segundo trimestrev(2T26) foram divulgados nesta segunda-feira.

Os ativos totais de clientes (AuC, AuM e AuA) atingiram R\$ 2,2 trilhões no período, crescimento de 17% na comparação anual, apoiado por uma captação líquida total de aproximadamente R\$ 28 bilhões, praticamente o triplo do ano anterior.

O balanço da XP reforça que o resultado no trimestre reflete a evolução da companhia na construção de um ecossistema capaz de atender, de forma integrada, as diferentes necessidades financeiras de pessoas e empresas ao longo de suas jornadas. “Com uma oferta cada vez mais completa de investimentos, crédito, banking, seguros e soluções para empresas, a XP segue ampliando sua relevância, aprofundando o relacio-

namento com os clientes e fortalecendo sua estratégia de crescimento de longo prazo”.

O varejo manteve crescimento consistente e registrou R\$ 20 bilhões em captação no segundo trimestre, com evolução da diversificação das receitas e ampliação da participação de novas linhas de negócio.

O banco de atacado continua sendo um importante vetor de crescimento da XP, com receita de R\$ 1,175 bilhão no período, com forte expansão de 32% na comparação anual, puxada por Corporate. O segundo trimestre marcou o lançamento de novos serviços para o público PJ, com destaque para a entrada no segmento de aquisição e cartão PJ, novidades que aumentam a oferta contextualizada da companhia.

“O segundo trimestre materializa a força do nosso modelo de negócios com soluções cada vez mais completas para pessoas físicas e empresas. Continuaremos ampliando a relevância da XP na vida financeira dos clientes e fortalecendo nossa posição para alcançar a liderança em investimentos no Brasil ao longo da próxima década”, afirma Thiago Maffra, CEO da XP Inc.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) al-

cançou 22,5%, patamar sólido diante de um índice de Basileia que permanece em níveis confortáveis, acima do guidance de 16% a 19%, refletindo eficiência operacional e disciplina na alocação de capital. O lucro por ação diluído ajustado (EPS) cresceu 8% na comparação com o segundo trimestre de 2025. Em linha com sua estratégia de gestão de capital, a companhia segue com suas iniciativas de remuneração, tendo concluído o programa de recompra de R\$ 1 bilhão e iniciado a execução de um novo programa de R\$ 1 bilhão, além de realizar o pagamento de aproximadamente R\$ 500 milhões em dividendos.

As despesas operacionais (SG&A) cresceram abaixo da receita, resultando em ganhos em eficiência operacional. A XP segue investindo em tecnologia, IA, produtividade, digitalização e expansão da força comercial para atingir suas estratégias de longo prazo, com foco em crescimento com eficiência e evolução da experiência do cliente em todos os seus segmentos.

Novo CFO

A divulgação dos resultados do trimestre marca, ainda, a chegada de Gustavo Alejo como CFO da XP Inc., reforço importante para a companhia, espe-

cialmente em um momento em que o Banco passa a ter cada vez mais escala, ao mesmo tempo em que a XP segue ganhando relevância no mercado.

“Estou entusiasmado por me juntar a uma companhia que combina visão de longo prazo, disciplina na alocação de capital e foco contínuo na geração de valor para clientes e acionistas. Vejo um potencial significativo para aprofundarmos ainda mais a personalização dos serviços financeiros, apoiados por tecnologia, inovação e uma proposta cada vez mais completa”, afirma Alejo.

Sobre a XP Inc.

A XP Inc. é uma das maiores instituições financeiras independentes do Brasil, dona das marcas XP, Rico, Clear, XP Educação, InfoMoney, entre outras. A companhia tem mais de 4,8 milhões de clientes ativos e possui R\$ 2,2 trilhões em ativos totais de clientes (AuC, AuM e AuA). Há mais de 25 anos, a XP vem transformando o mercado financeiro brasileiro para melhorar a vida das pessoas. A XP Inc. foi pioneira no país com sua rede de assessores de investimentos, hoje a maior do Brasil, com mais de 18 mil profissionais. Para mais informações, acesse www.xpinc.com.



CONCERTOS de OUTONO

AGOSTO 2026



Consultoria



Produção







Apoio



Bancos: Problemas de governança impactam negativamente nos resultados

Os bancos estão ampliando o uso da inteligência artificial (IA) em diversas aplicações: aumento da eficiência, melhoria da tomada de decisões e a geração de resultados de maior qualidade. Hoje, o setor concentra aplicações em áreas como prevenção à lavagem de dinheiro, detecção de fraudes, risco de crédito, compliance, relatórios financeiros e atendimento ao cliente.

Pesquisa da Grant Thornton, empresa global de auditoria e consultoria, mostra que 62% das instituições financeiras relatam aumento de eficiência com IA e 56% melhoria na tomada de decisões. Em contrapartida, apenas 32% registram crescimento de receita e 36% redução de custos.

A pesquisa AI Impact Survey 2026, realizada entre 23 de fevereiro e 18 de março de 2026, ouviu 950 líderes incluindo CFOs, CIOs\CITOs, Coos, vice-presidentes, líderes de departamento e diretores com reporte direto à alta administração. O grupo específico do setor bancário foi composto por 50 respondentes.

A pesquisa atestou que fragilidades na governança limitam o potencial de desempenho. Um total de 18% estão totalmente confiantes em seus controles, enquanto somente 2% afirmam que a IA já está totalmente integrada às operações. Universo de 46% cita falta de treinamento como uma das razões para projetos anteriores terem performado abaixo do esperado, e 42% apontam prepa-

ração insuficiente dos dados como causa de fracasso.

A Grant Thornton constatou que a baixa maturidade da governança de IA mostra que ela também limita diretamente o retorno sobre o investimento (ROI), restringindo a aplicação da tecnologia em processos críticos, regulados e de alto valor para o negócio. Metade dos entrevistados apontou barreiras relacionadas à governança e à conformidade como fatores que contribuem para o baixo desempenho ou até mesmo para o fracasso de iniciativas de IA.

“As instituições financeiras que priorizam estruturas centralizadas de governança e controles devidamente testados estão mais bem posicionadas para acelerar o crescimento impulsionado pela IA”.

Os resultados financeiros, porém, ainda estão distantes: apenas 24% relatam crescimento de receita associado à IA. Além disso, 45% ainda estão na fase de projetos-piloto e somente 5% afirmam ter a tecnologia totalmente integrada às operações, ante 14% na média geral.

No papel, os bancos já possuem políticas de governança estabelecidas. Ao mesmo tempo, porém, os líderes do setor apontam a governança como o principal obstáculo ao desempenho da IA, e apenas 18% afirmam estar totalmente confiantes em seus controles de IA.

As organizações com estruturas mais maduras de governança e controle contam com responsabilidades claramente atribuídas entre os membros da alta liderança

(C-Suite), em vez de depender de comitês informais ou iniciativas pontuais. Apenas 9% dizem estar muito confiantes de que conseguiriam passar por uma auditoria de governança de IA nos próximos 90 dias — o menor índice entre todas as indústrias pesquisadas. E somente 7% possuem um plano testado de resposta a incidentes envolvendo IA.

Somente 41% relatam crescimento de receita. O estudo indica que parte dessa distância está na concentração das aplicações em *back e middle office* — como monitoramento de riscos, custódia, administração de fundos e conciliações — enquanto usos de *front office* ligados a portfólio, distribuição e relacionamento com investidores avançam mais lentamente.

CIA CARIOCA DE FOMENTO									
CNPJ nº 27.886.787/0001-97									
Relatório da Administração									
Aos Acionistas: Lepeme Participações e Investimentos Ltda., Vamarco Participações, Administração e Empreendimentos Ltda. Prezados, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, aAdministração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Atenciosamente, a Administração. Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 2026.									
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais (centavos omitidos)					Demonstração do resultado				
		Reapresentado					Reapresentado		
		2025	2024			2025	2024		
Ativo				Passivo e patrimônio líquido					
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		2.047.866	49.076	Impostos a pagar		72.530	3.849		
Contas a receber		1.795.992	1.005.431	Empréstimos		6.000.000	-		
Imóveis a Comercializar		1.572.134	1.572.134	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.966	-		
Consórcios		4.489.986	3.814.486			6.074.495	3.849		
Outros adiantamentos		28.502.822	24.327.439	Não circulante					
		38.408.801	30.768.566	Outras contas a pagar		-	100.000		
Não circulante				Empréstimos		1.761.064	-		
Empréstimos		618.879	577.879	Contingências tributárias		195.581	-		
Imobilizado		440.120	440.120			1.956.645	100.000		
		1.058.999	1.017.999	Patrimônio líquido					
Total do ativo		39.467.801	31.786.565	Capital social		40.000	40.000		
				Reserva Capital		4.829	4.829		
				Reserva Legal		8.000	-		
				Reserva de Lucros		31.383.832	-		
				Lucros acumulados		-	31.637.888		
						31.436.661	31.682.717		
				Total do passivo e patrimônio líquido		39.467.801	31.786.565		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis									
Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais (centavos omitidos)									
		Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuizos) acumulados	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		40.000	4.829	-	-	28.248.223	28.293.052		
Lucro do exercício		-	-	-	-	3.389.666	3.389.666		
Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado		40.000	4.829	-	-	31.637.889	31.682.717		
Lucro do exercício		-	-	-	-	4.094.944	4.097.944		
Constituição de Reservas		-	-	8.000	31.383.832	(31.391.832)	-		
Dividendos		-	-	-	-	(4.341.000)	(4.341.000)		
Saldo em 31 de dezembro de 2025		40.000	4.829	8.000	31.383.832	-	31.436.661		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis									
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 - Em reais (centavos omitidos)									
1. Informações gerais. A Cia Carioca de Fomento S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Ayrton Senna nº 2150, Bloco F, Sala 204 – parte, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 16 de abril de 1982, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, classificada sob o código de natureza jurídica 205 – Sociedade Anônima Fechada, sendo matriz, e tem como atividade econômica principal o fomento mercantil (factoring), conforme CNAE 6491-3/00. De acordo com seu estatuto social, a Companhia tem por objeto a realização de									
operações de fomento mercantil (factoring), podendo ainda participar do capital de outras sociedades, administrar bens próprios e explorar atividades relacionadas a empreendimentos imobiliários, de forma compatível com suas operações e interesses sociais. A Companhia é controlada por Lepeme Participações e Investimentos Ltda. e Vamarco Participação Administração e Empreendimentos Ltda., com participação societária de 50% para cada acionista. A Companhia detém atualmente participação de 80% das unidades imobiliárias do bloco I do empreendimento CasaShopping,									

MARCON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.									
CNPJ nº 27.050.764/0001-48									
Relatório da Administração: Aos Acionistas: Lepeme Participações e Investimentos Ltda., Vamarco Participações, Administração e Empreendimentos Ltda.. Prezados, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Atenciosamente, a administração. Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 2026.									
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					Demonstração do resultado				
		2025	2024			2025	2024		
Ativo				Passivo					
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		996	6.510	Empréstimos bancários		19.147	23.299		
Aplicações financeiras		15.012	16.964	Impostos e contribuições a recolher		1.944	1.875		
Contas a receber		32.195	21.721	Valores a repassar com partes relacionadas		3.512	3.925		
Adiantamentos		1.931	-	Dividendos a pagar		4.787	-		
Outros créditos		3.715	3.972	Outras obrigações		3.460	839		
		53.849	49.167			32.850	29.938		
Não circulante				Não circulante					
Créditos com partes relacionadas		13.586	13.427	Empréstimos bancários		92.164	109.990		
Valores em garantia		1.080	2.245	Débitos com partes relacionadas		-	3.381		
Propriedades para investimento		624.918	620.137	Tributos diferidos		124.974	121.156		
Imobilizado		15.902	16.807	Provisão para contingências		12.880	6.194		
		655.486	652.616	Outras obrigações		-	106		
Total do ativo		709.335	701.783	Patrimônio líquido		230.018	240.827		
				Capital social		41.047	41.047		
				Reserva de lucros		405.420	389.971		
						446.467	431.018		
				Total do passivo e do patrimônio líquido		709.335	701.783		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)									
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuizos) acumulados	Total			
Saldos em 31 dezembro de 2023		41.047	6.105	512.383	-	559.535			
Prejuízo do exercício		-	-	-	(128.295)	(128.295)			
Outros		-	-	-	(222)	(222)			
Absorção de prejuízo		-	-	(128.517)	128.517	-			
Saldos em 31 dezembro de 2024		41.047	6.105	383.866	-	431.018			
Lucro do exercício		-	-	-	20.236	20.236			
Constituição de reserva legal		-	1.012	-	(1.012)	-			
Dividendos a pagar		-	-	-	(4.787)	(4.787)			
Retenção de lucros		-	-	14.437	(14.437)	-			
Saldos em 31 dezembro de 2025		41.047	7.117	398.303	-	446.467			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)									
1. Contexto operacional. O Marcon Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), sediado na Avenida Ayrton Senna nº 2150, Bloco F, Sala 204 - parte, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, foi constituído em 22 de janeiro de 1981 e tem por objeto exploração de empreendimentos imobiliários, incluindo "centro comercial", no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, bem como a gestão de estacionamentos e garagens próprios. A Companhia é									
controlada por Lepeme Participações e Investimentos Ltda. e Vamarco Participação Administração e Empreendimentos Ltda, com participação de 50% para cada sócio. A Companhia detém atualmente participação 100% nas unidades imobiliárias dos blocos A ao H, 20% das unidades imobiliárias do bloco I e 100% das unidades imobiliárias dos blocos J ao P no empreendimento CasaShopping localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que foi inaugurado em									
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras									
fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou encerrar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão									

ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2026. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F. Felipe Sant'Anna Vergete - Contador - CRC RJ-106842/O.

Diretora: Flavia Raffaelli Marcolini
Contador: Jorge Luiz Calaza Rocha - CRC 62.580/O-1 RJ

Novas fontes de petróleo ajudam a garantir soberania energética

Margem Equatorial tem 289 blocos exploratórios concedidos

Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese-subseção FUP), revela que existem no momento 289 blocos exploratórios concedidos e localizados na Margem Equatorial brasileira, em estudo para inclusão em oferta permanente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A maioria desses blocos está nas Bacias de Foz do Amazonas e Pará-Maranhão.

A Petrobras anunciou na última sexta-feira (14), a descoberta de indícios de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, no litoral do estado do Amapá, na Margem Equatorial brasileira.

A exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira tem o apoio da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

A coordenadora-geral da federação, Cibebe Vieira,

diz que o declínio da produção do pré-sal evidencia a necessidade de o Brasil encontrar outras fontes de petróleo para garantir sua soberania energética, tendo em vista o crescimento da demanda.

“A FUP apoia a transição energética, entende que o mundo precisa superar a dependência por petróleo, mas essa dependência não será superada de uma hora para outra”, diz a coordenadora. Ela lembra que “a demanda por energia da sociedade cresce tanto que as novas fontes se somam às fontes já existentes. Ou seja, não haverá uma substituição completa. O que vai acontecer é que a energia fóssil vai diminuindo cada vez mais, proporcionalmente ao nosso uso”.

Para a federação dos petroleiros, o processo de transição energética implica também tornar os combustíveis fósseis menos poluentes, com tecnologias

para a descarbonização. “O Brasil já tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Isso não significa que não tenhamos que olhar para os impactos ambientais, mas precisamos olhar também para a necessidade de energia para o desenvolvimento”, pontua Cibebe.

Para ela, toda e qualquer empresa que for explorar um recurso natural ou fazer uma grande obra tem que se preocupar tanto com os impactos no meio ambiente como nas comunidades do entorno e, consequentemente, promover ações de mitigação desses impactos.

289 blocos

O economista do Dieese Cloviomar Cararine lembra que há mais de 600 poços já perfurados na Margem Equatorial, mas a maior parte das perfurações realizadas nessas bacias ocorreu antes dos anos 2000 e, entre

aquelas feitas nos últimos 20 anos, a maioria não encontrou petróleo comercial.

A perspectiva do país é produzir petróleo na região a partir de 2030, buscando repor a redução da produção do pré-sal naquele momento. As expectativas são de cerca de 30 bilhões de barris de petróleo, quase metade do já descoberto no pré-sal, com investimentos de US\$ 3 bilhões até 2029, e com a perfuração de 15 poços exploratórios.

Cararine reforça que a transição energética no Brasil precisa fazer parte de um projeto soberano de país, respeitando as especificidades e dilemas que o país apresenta. “A transição não será rápida e não acontecerá com o fim da produção de petróleo, será preciso conciliar diversas fontes de energia”, afirma ele, destacando ainda o respeito e cuidado ambiental numa região muito sensível ambientalmente e socialmente.

BNDES e Finep recebem 19 propostas para FIP Conexões Startups

Foram recebidas 19 propostas na chamada pública para seleção do gestor do FIP Conexões Startups pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O prazo para apresentação das propostas foi encerrado em 12 de agosto. A divulgação da classificação final está prevista para ocorrer até 23 de novembro de 2026.

O FIP tem estimativa de mobilizar até R\$ 250 milhões para investir em startups em fase inicial. A BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, comprometerá até R\$ 100 milhões. Já a Finep, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), irá comprometer R\$ 50 milhões. Caberá ao gestor selecionado mobilizar outros investidores para complementar o capital do fundo.

A iniciativa busca estruturar um fundo de investimento em participações voltado a startups em estágio inicial, especialmente aquelas que tenham recebido apoio de programas de fomento à inovação, subvenção ou aceleração realizados no país. O objetivo é ampliar a conversão dessas empresas em oportunidades aptas a receber investimentos de fundos de capital semente, venture capital e outros investidores institucionais.

O fundo tem o objetivo de ser um instrumento de conexão entre os programas de fomento e/ou aceleração de startups desenvolvidos no país e a atuação de fundos de investimento em participações, reforçando a estratégia de apoio ao desenvolvimento e à consolidação de startups. A tese central do Fundo será ampliar a taxa de conversão de startups apoiadas por subvenção pública, programas de aceleração, programas de apoio à inovação, hubs de inovação e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), em oportunidades aptas a receber investimento de fundos de capital semente, venture capital e outros investidores institucionais.

“As propostas recebidas demonstram o interesse e a relevância da temática. O FIP Conexões Startups

busca estimular a capacidade de inovação do país, transformando o apoio já oferecido por programas de fomento e aceleração em uma trajetória mais contínua de desenvolvimento, acesso a investimento e crescimento”, afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Ele ressalta que a iniciativa mobiliza capital de longo prazo para apoiar startups brasileiras em estágio inicial no desenvolvimento de projetos de empreendedorismo tecnológico.

Conexão

O FIP Conexões Startups foi concebido para reduzir uma lacuna recorrente no ecossistema de inovação: a transição entre o apoio inicial recebido por startups e o acesso a capital institucional. A maior parte do capital investido pelo fundo deverá ser destinado a startups anteriormente apoiadas por programas de fomento à inovação, subvenção ou aceleração realizados no Brasil.

Entre os programas considerados estão Centelha, Inovacred, Subvenção Econômica, Tecnova e Mulheres Inovadoras, da Finep, além do Mais Inovação e do BNDES Garagem, do BNDES. A lista não é exaustiva e poderá abranger outros programas e iniciativas do ecossistema nacional de inovação.

A atuação do fundo deverá contribuir para integrar programas de fomento, aceleração, hubs de inovação, instituições científicas e tecnológicas e investidores; qualificar o fluxo de startups aptas a receber investimento; ampliar a capacidade das empresas investidas de acessar novas rodadas de capital; mobilizar recursos privados e institucionais para startups em estágio inicial; apoiar o desenvolvimento gerencial, comercial e de governança das empresas.

Caberá ao gestor realizar investimentos compatíveis com o porte e o estágio de desenvolvimento das startups, apoiá-las na execução de seus planos de negócios e prepará-las para futuras rodadas de captação. O suporte poderá ser oferecido diretamente pela equipe do gestor ou por meio de parcerias com aceleradoras e instituições especializadas.

Papel da Petrobras e governo no mercado de combustíveis

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou nesta segunda-feira o seu 39º Boletim de Preços. A publicação reforça como a Petrobras e o Estado brasileiro são fundamentais para manter estabilidade e coerência no mercado de combustíveis.

O Boletim de Preços destaca que diante da extrema volatilidade de preços internacionais verificada em julho, o governo brasileiro decidiu manter as subvenções dirigidas ao diesel e à gasolina, buscando assegurar a estabilidade dos preços. A frustração nas negociações de paz entre Estados Unidos e Irã acentuou o clima de conflito no Oriente Mé-

dio, levando mais uma vez o barril de petróleo para além dos US\$ 100.

Fazendo frente à demanda nacional e reduzindo pressão no seu resultado financeiro, a Petrobras diminuiu importações e bateu novo recorde de produção de derivados. Operou acima de sua capacidade instalada, a uma média de 101,2% de sua capacidade, segundo dados do Relatório de Produção e Vendas da estatal. “Essas medidas seguem sendo centrais para estabilização dos preços domésticos e para evitar pressões inflacionárias ou riscos de desabastecimento”, assinala o boletim, de autoria técnica dos pesquisadores do Inep Iago Montalvão e Maria Clara Arouca.

As médias nacionais da revenda de combustíveis em julho evidenciam este movimento de estabilidade: mesmo com a alta de 16,3% no Preço de Paridade de Importação (PPI) da gasolina e de 37,0% no diesel, os preços de revenda mantiveram estabilidade, com tendência de queda. O resultado refletiu sobretudo a decisão da Petrobras de manter inalterados os preços em suas refinarias, enquanto as demais operadoras do refino elevaram seus preços: as refinarias que já pertenceram à estatal e hoje estão privatizadas (como a REAM-AM, a Clara Camarão-RN e a Refinaria de Mataripe-BA) aplicaram aumentos entre 2,4%

e 5,2% na gasolina e entre 12,2% e 19,3% no diesel. O GLP seguiu com baixas oscilações e sem reajustes por parte dos principais produtores.

O boletim cita que a dinâmica dos preços regionais ajuda a evidenciar diferenças importantes entre a atuação das refinarias da Petrobras e das refinarias privadas. Em janeiro, o preço médio ponderado do diesel praticado por produtores e importadores era praticamente idêntico nas cinco regiões, todas entre R\$ 3,59 e R\$ 3,66 por litro. Em julho, o Nordeste passou a registrar R\$ 4,80 por litro, enquanto o Sul passou para R\$ 3,71: uma diferença de 29% que não existia seis meses antes.

Tesouro Direto: Aplicativo é desativado

O aplicativo do Tesouro Direto foi desativado nesta segunda-feira. Segundo o Ministério da Fazenda, a mudança faz parte do processo de desenvolvimento de uma nova experiência para os investidores, que será apresentada futuramente.

A desativação do aplicativo não altera os investimentos já feitos pelos participantes do progra-

ma. Títulos adquiridos, valores aplicados, rentabilidade e demais informações permanecem preservados.

Segundo a Agência Brasil, a partir de agora, os investidores devem acessar os serviços do programa por meio do Portal do Investidor, disponível no *site* oficial do Tesouro Direto, ou pelo aplicativo da instituição financeira onde mantêm a conta de investimentos.

Pelos dois canais, é possível acompanhar a carteira de títulos, consultar a rentabilidade das aplicações, realizar compras e resgates, verificar o histórico de operações e gerenciar os investimentos.

O Tesouro Nacional informa que não é necessário realizar qualquer procedimento em relação aos investimentos já existentes em razão da desativação do

aplicativo. “Com a desativação do aplicativo, os investimentos dos participantes do programa permanecem inalterados, ou seja, títulos, valores investidos, rentabilidade e demais informações continuarão preservados”, informou o Tesouro. Em caso de dúvidas, os investidores podem buscar informações nos canais oficiais de atendimento do Tesouro Direto.

Assine o jornal
**Monitor
Mercantil**
(21) 3849-6444